

dossiê

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

**Transitivities of student conscience in law school:
Paulo Freire Group's critical experience in UFPR**

Ricardo Prestes Pazello¹

¹ Universidade Federal do Paraná, Departamento de Direito Público/Programa de Pós-Graduação em Direito, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: ricardo2p@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9961-0583>.

Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira²

² Associação Humaniza Coletivo Feminista, Diretoria Jurídica, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: nataliademesadv@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8030-7031>.

Submetido em 08/11/2021. Aceito em 30/01/2022.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 8, n. 2, 2022
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR



Resumo: Este ensaio tem por objetivo apresentar a experiência do Grupo Paulo Freire, criado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, durante os anos 2000, recompondo momentos-chave do grupo, relacionando-os ao seu contexto, sua composição e intentos de atuação prática. A partir de fontes primárias, como mensagens eletrônicas, documentos sistematizados e textos publicados por seus membros, este artigo propõe a avaliação, à luz de categorias freireanas (como consciência transitiva, criticidade, dialogicidade e práxis), das contribuições que a experiência dos movimentos de um coletivo de estudantes universitários do curso de Direito trouxe para se pensar a educação jurídica de uma forma problematizadora, revelando também o potencial da obra de Paulo Freire para a seara jurídica.

Palavras-chave: Paulo Freire; Educação jurídica; Consciência crítica; Diálogo; Práxis.

Abstract: This essay intends to present the experience of Paulo Freire Group, created in the “Universidade Federal do Parana” Law School, during the 2000s, by recomposing some of the main moments of the group, relating it to its context, its composition and intentions towards a practical performance. Based on primary sources, such as e-mail messages, systematized documents and published texts, this article proposes the evaluation of the contributions that came with the experience of thinking about legal education through Freire’s categories (like transitive conscience, criticality, dialogicity and praxis) by the movements of a university student collective in law school towards a problematizing education, which also reveals Paulo Freire’s work’s potential for the legal area.

Keywords: Paulo Freire; Legal education; Critical conscience; Dialogue; Praxis.

Introdução

As comemorações dos cem anos de Paulo Freire propiciaram ativar memórias convergentes com sua lembrança. As rememorações a que este ensaio pretende dar lume seguem a mesma senda de, a propósito de avaliar as contribuições da obra freireana, perceber seus impactos em um campo de formação e atuação tão peculiar que, em sua aparência, não poderia ser influenciado pelo pedagogo brasileiro. No entanto, o improvável também tem vez e é isso que a constituição de um grupo de estudantes de direito voltado a discutir a obra de Freire, como se verá, representa.

[171]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

Neste artigo, o movimento do Grupo Paulo Freire (GPF), havido nos anos 2000, dentro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), será destacado para visibilizar uma experiência que buscou se valer do pensamento freireano a fim de discutir os problemas da educação jurídica e apontar para um horizonte de sua superação.

Tomando por analogia a relação entre tempo e espaço que permite, ainda que simplificada, medir a velocidade de um corpo, aquilo a que se assistirá aqui é a contextualização temporal da Faculdade de Direito da UFPR para permitir a percepção da efervescência estudantil, notadamente nos tempos livres da sala da aula. A explosão desses intervalos levou a inúmeros deslocamentos do corpo discente, dentre os quais se destacou o GPF, movendo-se rumo ao debate sobre a educação, à obra de Paulo Freire e a uma tentativa de práxis pedagógica distinta. Como corolário dessa descrição, que resgata fontes constitutivas do grupo (desde correios eletrônicos até publicações de seus membros, enquanto ainda eram estudantes), o artigo se valerá de interpretações de duas das principais obras de Freire – nomeadamente, *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido* – como contributo do educador para se pensar, em interlocução, a educação jurídica e a sociedade que a comporta, a partir de categorias como as de consciência transitiva, criticidade, dialogicidade e práxis.

I Intervalos universitários: o tempo da Faculdade de Direito

O curso de direito – chamado por sua comunidade interna de “Faculdade de Direito” – da Universidade Federal do Paraná se destacou por formar gerações de estudantes envolvidos com uma perspectiva crítica sobre o fenômeno jurídico, com razoável desenvolvimento de teorias críticas do direito, gestadas há décadas.¹ Não que as teorias tradicionais não tivessem vez ali, porém elas conviviam com as leituras críticas, que ganharam destaque entre os anos de 1990 e 2000, quando se operou significativa renovação no quadro docente da Faculdade.

Este primeiro contexto geral permite interpretar o espaço da Faculdade de Direito da UFPR como sendo permeável a aproximações menos técnicas e dogmáticas a respeito do direito. No entanto, referida abertura era mais presente nos espaços fora da sala de aula, ainda que dentro dela também houvesse lugar para conteúdos críticos.

¹ Em ensaio recém-publicado (PAZELLO, 2021), foi possível destacar o papel de José Rodrigues Vieira Netto, professor de direito civil da UFPR entre 1957 e 1964, como um precursor de tal abordagem crítica na Faculdade.

Que fique bem entendido: a tradição ainda prevalecia nessa faculdade de direito, como em geral nas demais, mas internamente a ela se gerou um conjunto de leituras diversas que ganharam terreno, notadamente entre os estudantes – muitos dos quais, futuramente, tornar-se-iam seus professores.

Sendo assim, o ambiente favoreceu a que, na década de 2000, surgisse uma série de iniciativas estudantis – a maior parte delas, autônomas – que puseram foco no debate pedagógico, seguindo a linha de outras propostas teórico-críticas acerca do direito e de seus pressupostos epistêmicos. Este período fazia assentar uma educação jurídica informada por mais de vinte anos de um programa de pós-graduação (desde os anos de 1980) e de cerca de dez anos de existência de atividades populares de extensão universitária (desde os anos de 1990), além de uma conjuntura política nacional mais favorável que a havida anteriormente. Mas o que foi gestado o foi nos intervalos da educação formal.

A iniciativa estudantil a ser aqui destacada é a do Grupo Paulo Freire (GPF), que será compreendido como resultante de seu contexto específico. Por ser a universidade mais que ensino, foram fundamentais para este processo as dimensões universitárias da pesquisa e da extensão, assim como as da gestão e da representação política. Esta é a realidade quántupla que deve guiar qualquer entendimento sobre a universidade. Quántupla, no mínimo, já que outras dimensões podem ser aventadas para além de ensino, extensão, pesquisa, gestão e representação política.

Para o período ao qual este relato se direciona, cumpre frisar a novidade de haver intensa mobilização da estudantada da Faculdade de Direito nos âmbitos da extensão e da pesquisa, para além de uma já tradicional participação no movimento estudantil (ME), que levava o corpo discente à representação junto à gestão universitária e à direção de seus órgãos políticos próprios.

A consolidação de alguns grupos de extensão popular foi decisiva para a iniciativa estudantil de criação do Grupo Paulo Freire. Entre tais grupos cumpre sublinhar, fundamentalmente, a presença de três: o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (SAJUP), o Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC) e o projeto Direito e Cidadania (D&C). Talvez o principal impulsionador do estudo de Paulo Freire na Faculdade tenha sido o SAJUP, criado em 2001 e que utilizava a fundamentação freireana como seu marco teórico.² Em 2004, inclusive,

² Em 2003, Ivan Furmann (2003), um dos estudantes fundadores do grupo, apresentou sua monografia dedicada ao tema da assessoria jurídica universitária popular (AJUP) e Paulo

houve a organização de um ciclo interno de formação destinado a conhecer e aprofundar a obra de Paulo Freire, além de o autor já ser leitura básica desde o início do projeto.³ Também o NDCC foi importante neste cenário por ter acolhido estudantes egressos do SAJUP por motivos diversos, permitindo implementar atividades extensionistas populares, seja em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UFPR seja a partir de iniciativas próprias, especialmente voltadas para o trabalho junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em verdade, o NDCC era – e continua sendo – um grupo de pesquisa da pós-graduação, que foi criado pelo professor José Antônio Peres Gediel, no intuito de realizar também extensão universitária. Isto porque, desde pelo menos 1996, o docente se engajou no extensionismo da UFPR, idealizando atividades voltadas à discussão e prática de mediação de conflitos fundiários (GEDIEL; MARTINS; BECKER, 1997), do que resulta, também no início dos anos 2000, a criação do projeto Direito e Cidadania – o qual, já na década de 2010, fundir-se-ia com o SAJUP, originando o Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular – MAJUP Isabel da Silva, que existe até hoje e carrega consigo uma experiência de 20 anos de extensão popular.

É possível mapear, historicamente, outras iniciativas extensionistas na Faculdade de Direito da UFPR até o meado da década de 2000. No entanto, SAJUP, NDCC e D&C tiveram em comum, ainda que não homogeneamente, a influência da obra de Paulo Freire, motivo pelo qual, inclusive, seus integrantes passaram a usar também a palavra “comunicação”, para designar a atividade extensionista popular, seguindo a crítica freireana de que o termo “extensão” era muito impositivo e pouco dialógico, constante no livro *Extensão ou comunicação* (FREIRE, 1985).

Freire como um de seus três fundamentos, ao lado de Antonio Gramsci e Roberto Lyra Filho. Quatro anos depois, Andressa Chiamulera (2007), integrante de uma segunda geração do projeto, também defendeu seu trabalho de conclusão de curso sobre o mesmo assunto, destacando a presença de Paulo Freire nas atividades da AJUPs, em diálogo com uma fundamentação a partir da ética da libertação. Em monografias futuras referentes a igual tema e também partindo da experiência do SAJUP, a mesma situação é percebida, como nos trabalhos de Daniel Bittencourt Ramos Pinto (2014) e Anna Carolina Lucca Sandri (2016), ambos trabalhos orientados por Ricardo Prestes Pazello.

³ Estas informações fazem parte da memória de Ricardo Prestes Pazello, um dos autores do presente ensaio, que passou a integrar o SAJUP em 2004 e se dedicou a organizar referido ciclo de formação, além de ter tido acesso às apostilas de textos básicos, anteriores a 2004, que eram destinadas aos novos membros do grupo.

Neste mesmo momento, grupos de estudos, organizados autonomamente ou não pelos estudantes, também impeliam o corpo docente a lançar mão de reflexões teóricas críticas e relacionadas à práxis. O caso mais notável foi o do grupo Reinventar, que existia desde 2004, e acabou por se caracterizar pelo estudo da relação entre direito e filosofia latino-americana, mormente a filosofia da libertação.⁴ Dentro dela, dado o lugar protagonista que lhe dedicava Enrique Dussel em sua *Ética da libertação*, havia espaço para a obra de Paulo Freire. O Reinventar foi bastante influenciado por aproximação realizada por estudantes da pós do Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL), que, sob a coordenação do professor Celso Luiz Ludwig, se debruçava sobre o pensamento crítico latino-americano. Assim, Reinventar, NEFIL e mesmo o já citado NDCC proporcionaram um ambiente favorável para que, a partir de 2006, viesse à tona a experiência do Grupo Paulo Freire, no intuito de discutir com especificidade a obra do pedagogo brasileiro, dentro da Faculdade de Direito. Mas, além destes grupos, havia outros, totalizando oito, como o registra o *III caderno de pesquisa, extensão e atividades complementares* (CAHS, 2007), organizado e publicado em 2007, pelo Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), entidade estudantil da Faculdade. Isto sem falar nas incursões interdisciplinares que muitos estudantes realizavam, para além da Faculdade de Direito, nos grupos ou ambientes dos cursos de Ciências Sociais, Economia, Filosofia, Geografia, Pedagogia, Psicologia, entre outros.

A propósito, ao lado do ambiente favorável que o ensino, a extensão e a pesquisa oportunizavam – ainda que nos intervalos da sala de aula –, igualmente, favorecia a existência de intenso debate político e organizativo por parte dos estudantes. Em meio a instâncias representativas para atuar na gestão universitária – nos casos dos assentos que a representação estudantil ocupava nos departamentos e conselho setorial da Faculdade – ou para realizar a disputa política própria ao movimento estudantil – no Conselho de Representantes de Turma (CRT), no Conselho de Representantes Discentes (CRD) ou no CAHS, seja em seu Conselho Administrativo seja no Deliberativo, sem falar na Associação Atlética Acadêmica de Direito (AAAD), que tinha perfil menos politizado – havia ainda muitos grupos e visões sobre a política que tornaram plausível a discussão freireana também nesse cenário.

⁴ Um resultado dos estudos do grupo foi apresentado em 2006, em um evento universitário: Pazello; Motta; Chiamulera; Machado; Appel (2006).

Objetivamente, os estudantes se organizavam em partidos políticos acadêmicos (agremiações internas à Faculdade que eram mais estáveis do que coletivos conjunturais formados para disputar a eleição do centro acadêmico) que alcançavam espectros da direita à esquerda – conforme identificação própria. Mais à esquerda, estava o Partido Acadêmico Renovador (PAR); mais à direita, o Partido Democrático Universitário (PDU) e no polo extremo deste último espectro o Partido XI de Agosto. Os partidos se revezavam no comando do CAHS e demais órgãos, conforme as eleições anuais, e apenas os filiados a tais agremiações podiam se candidatar ou formar chapas. Por conta disso, em 2005, ocorre um fato inusitado: a criação de um grupo devotado a contestar a obrigatoriedade de filiação partidário-acadêmica para concorrer ao CAHS. Tratou-se do “Abra, CAHS, Abra”⁵, identificado por seus integrantes como um não-movimento por adotar uma postura política contestadora da ordem dentro do movimento estudantil, a partir de princípios como os da autogestão e democracia direta, assim como de uma leitura crítica e de classe para a sociedade, vinculada – mesmo que abstratamente – aos movimentos populares. Na esteira do debate autogestionário e sobre a democracia, o Abra... reivindicava as interpretações freireanas sobre dialogicidade, para ressaltar sua crítica à centralização política no seio do ME, sua burocratização, bem como sua vinculação velada – e quase sempre contraditória – com os grupos políticos externos aos partidos da Faculdade. Por certo que também compõe este cenário a organização estudantil na universidade como um todo – como no caso do Diretório Central dos Estudantes (DCE) – ou no movimento chamado de área – que tem por ápice organizativo a Federação Nacional de Estudantes de Direito (FENED).

O fato é que a ebulição vivida nesses anos, em todas as esferas próprias de uma universidade pública, permitiu que um grupo de estudantes sentasse para discutir Paulo Freire, com o objetivo de pensar a educação jurídica e sua pesquisa, mas também de praticar a “libertação”, tanto no contato com os movimentos populares quanto nas disputas políticas internas à Faculdade de Direito.

⁵ Há poucos registros dessa experiência, como no geral para toda a história mais recente do ME, mas uma fonte se destaca, qual seja, o minidocumentário feito, amadoramente, pelos próprios estudantes, integrantes da iniciativa, que se chamou *A festa da democracia: todo carnaval tem seu fim*, filmado em 2005 e projetado nas paredes do prédio histórico da Praça Santos Andrade, em 2006. Outro registro foi um manifesto, publicado em 2005 no órgão de comunicação do CAHS: Pazello; Correa; Tisserant; Folly; Pisin; Rodrigues; Diehl; Khouri; Oliveira, 2005.

2 Deslocamentos estudantis: o espaço do Grupo Paulo Freire

O Grupo Paulo Freire foi uma experiência protagonizada por estudantes universitários nas dependências da Faculdade de Direito da UFPR, com o intuito de pensar, questionar e criar sua experiência estudantil a partir da leitura e debates das obras de Paulo Freire e sua proposta de educação popular. Este artigo se propõe a avaliar como as atividades realizadas pelo grupo permitiram aos estudantes criar olhares críticos sobre a educação jurídica na universidade, moldando também o reconhecimento de si mesmos como protagonistas e interventores na prática, buscando táticas de atuação a partir de categorias freireanas.

A forma como se desenvolveu essa experiência está registrada, difusamente, nas mensagens encaminhadas à lista de correios eletrônicos cujo endereço era <paulofreire@yahoogrupos.com.br>, utilizado pelos integrantes como meio de comunicação oficial dentro do grupo. A lista está repleta de mensagens com informações sobre datas das reuniões, planejamentos de debates das obras, descrição das metodologias e, também, a publicização dos papéis a serem assumidos por seus integrantes durante os debates (como os facilitadores ou animadores - por conta desta última expressão, surgiu a brincadeira de os chamar de “palhacinhos” - e relatores), planejamentos de tarefas e de atos de intervenção (inclusive em articulação com outros grupos da Faculdade de Direito, para oficinas, palestras e reuniões).

São narradas neste artigo as atividades de leitura, debates e intervenções realizadas pelo grupo entre os anos de 2006 e 2007⁶ registradas entre os e-mails datados do respectivo período, desde as convocações para as primeiras reuniões, a partir de junho de 2006, até as últimas atividades do ano de 2007.

As mensagens analisadas mostram que os integrantes do grupo debateram o pensamento de Paulo Freire a partir de suas realidades, compartilhando-a em abordagem coletiva, buscaram capacitação para elaborar condições de intervenção e de práticas performáticas e integraram-se aos demais grupos da Faculdade, levando sua obra a uma efetiva práxis.

⁶ Período em que os autores deste artigo participaram ativamente do grupo.

2.1 De estudantes “acadêmicos” de direito a “freireanos”

Entre as mensagens analisadas, foram identificados vinte e oito estudantes ligados ao grupo (cujos nomes optamos por manter em sigilo por respeito à sua privacidade quanto aos pronunciamentos proferidos), referenciados nos próprios textos dos e-mails (por sua participação em reuniões, conforme descrito nos relatos, ou por indicações de tarefas a serem realizadas), como também constam como remetentes de mensagens ao grupo (a partir de seus correios eletrônicos). Esses estudantes, portanto, compõem o grupo de “Freireanos”⁷, o que opera seu deslocamento de meros “acadêmicos” (expressão utilizada pela comunidade interna de docentes, técnicos e discentes) de direito.

A maioria dos participantes era, de fato, composta por alunos da Faculdade de Direito, mas o grupo contava com a presença e participação de estudantes de outros cursos (recorda-se especialmente, aqui, um integrante do curso de Geografia, também da Universidade Federal do Paraná, e uma estudante de direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

O Grupo Paulo Freire alcançou ser reconhecido como um dos coletivos de pesquisa e extensão atuantes na faculdade, ainda que não houvesse formalização administrativa de sua condução. Essa definição é resgatada a partir da mensagem encaminhada para fins de divulgação da reunião que ocorreria no dia 20 de abril de 2007, definindo o grupo como:

Grupo autônomo e autogestionário de estudantes, com reuniões quinzenais que têm como textos-base as principais obras da pedagogia e do pensamento freireanos, cujo objetivo é analisar as limitações históricas da educação tradicional (com enfoque maior no ensino universitário, com evidentes reflexos no ensino jurídico) e discutir sobre possíveis contribuições à superação da atual proposta de conhecimento acadêmico, que dissocia Ensino, Pesquisa e Extensão. (ESTUDANTE A, 2007c, grifou-se).

As mensagens demonstram o florescimento de um conjunto de estudantes voltados para o estudo e a prática da educação ante a sua própria experiência na universidade, que idealizou e integrou-se ao que coletivamente veio a ser o Grupo Paulo Freire.

Nesse ponto, convém ressaltar que a vivência do GPF alcança ser objetivamente observada mediante o impacto na produção científica de alguns

⁷ Vocativo ao qual se dirigia a maioria das mensagens encaminhadas ao endereço do grupo.

integrantes, a partir da publicação de artigos científicos e apresentação de monografias para conclusão do curso de direito que trouxeram categorias freireanas.⁸

2.2 Dos livros jurídicos às obras de Paulo Freire

Inicialmente, as atividades do grupo desenvolveram-se sob a forma de encontros para debates de obras de Paulo Freire, sendo as primeiras reuniões realizadas na sala onde funcionava permanentemente o então grupo de extensão Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular – SAJUP (do qual alguns integrantes do Grupo Paulo Freire também eram membros). Após requerimento formal, também a sala 206 da Faculdade de Direito passou a ser utilizada para os debates e reuniões sobre as obras.

Eram designados integrantes do grupo para o cumprimento da relatoria das reuniões, que encaminhavam ao grupo o descritivo dos encontros, com o registro dos acontecimentos e categorias trabalhadas nos debates. Um ponto interessante a destacar é que alguns debatedores chegaram a programar estratégias metodológicas específicas para o momento do debate, como uma performance argumentativa (partindo, por exemplo, de um pressuposto contrário ao defendido por Paulo Freire, com o fim de instigar discursos enriquecidos de dualidades e a dialogicidade), predispõdo-se à dinâmica própria a partir das colocações de cada participante.

Os textos eram disponibilizados previamente às reuniões por meio de uma cópia disposta em pasta própria para reprografia (em local específico, com serviço voltado à Faculdade), sempre com a designação de um dos integrantes para a realização da tarefa.

O quadro descritivo adiante destacado foi elaborado a partir das convocatórias para as reuniões e os relatos encaminhados ao e-mail do grupo:

Data	Obra debatida
01.06.2006	Educação Como Prática da Liberdade - Capítulos 1 e 2
14.06.2006	Educação Como Prática da Liberdade - Capítulos 3 e 4
10.08.2006	Pedagogia do Oprimido – Capítulo 01
23.08.2006	Pedagogia do Oprimido – Capítulo 02

⁸ Nesse sentido, é interessante recordar que, pelo menos, cinco dos integrantes do grupo defenderam suas monografias de conclusão do curso de direito com referências às obras de Paulo Freire ou ao tema da educação: Huzioka (2007); Motta (2007); Pazello (2007); TECH (2007); Folly (2008).

[179]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

14.09.2006	Pedagogia do Oprimido – Capítulo 03
21.09.2006	Pedagogia do Oprimido – Capítulo 04
08.11.2006	Pedagogia do Oprimido – toda a obra
01.03.2007	Semana do Calouro 2007 – 10h intervenção com roda de conversas
01.03.2007	Semana do Calouro 2007 – 19h intervenção com apresentação teatral
20.04.2007	Sem obra debatida, definição das atividades de leitura do grupo
04.05.2007	Extensão ou comunicação? - Capítulo 01
16.05.2007	Extensão ou Comunicação – Capítulo 02
01.06.2007	Extensão ou Comunicação – Capítulo 03
15.06.2007	Educação como Prática da Liberdade – Capítulo 04
17.08.2007	Conscientização (reunião não aconteceu)
31.08.2007	Conscientização (reunião não aconteceu)
28.09.2007	Reunião para planejamento das próximas leituras
03.10.2007	Conscientização – Partes 1 e 2
24.10.2007	Professora, Sim; Tia, Não.
30.12.2007	Previsão de Intervenção na Semana do Calouro de 2008

Os registros na cadeia de e-mails dispõem também sobre a participação formal dos membros (seja como integrantes do Grupo Paulo Freire seja mediante a vinculação a outros grupos) nas demais atividades, que merecem maior detalhamento adiante: 1) Oficina de Metodologia Freireana; 2) intervenção na Semana do Calouro de 2007; 3) articulação com outros grupos da Faculdade de Direito para debater sobre a proposta de reforma curricular.

2.3 Dos estudos às intervenções concretizadas

Um dos eventos marcantes para o grupo foi a Oficina de Metodologia Freireana, facilitada pelos professores Antonio Fernando Gouvêa da Silva⁹ e Maria de Guadalupe Menezes¹⁰, juntamente com o SAJUP, viabilizada mediante o contato de um dos integrantes do grupo com o professor Gouvêa, em ocasião de um Seminário que ele realizaria em Curitiba (juntamente com o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA). A oficina foi realizada em novembro de 2006, nas dependências da própria Faculdade de Direito da UFPR, com a duração de dois dias e

⁹ Professor e educador popular. Bacharel e Licenciado em Biologia pela Universidade de São Paulo. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁰ Professora e educadora popular. À época, coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação do Rio Grande do Sul.

contando com a participação de estudantes integrantes tanto do Grupo Paulo Freire quanto do SAJUP.

Seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos, merece especial atenção a intervenção do grupo na programação da Semana do Calouro de 2007 (atividade voltada à recepção dos novos estudantes às dependências da Faculdade de Direito), cujos preparativos foram projetados pelo grupo no período dos primeiros meses do ano de 2007.

As mensagens de e-mails trocadas informam a participação dos integrantes nas atividades programadas para a Semana do Calouro, que se realizaria entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março de 2007: a) rodas de conversa com convidados; b) performance de encenação, com técnicas atinentes ao Teatro do Oprimido, com cenário previamente planejado e roteiro ensaiado, demonstrando uma situação de opressão identificada no comportamento de um professor interagindo com os alunos em classe; c) intervenção com roda de conversa, compondo a leitura do texto “Pressupostos da educação bancária” (FREIRE, 2004, p. 65-68).

Convém lembrar alguns trechos de e-mails que foram encaminhados pelos integrantes do grupo (subsequentemente, um em resposta ao outro, na ordem em que se encontram adiante) a fim de demonstrar as opiniões pessoais sobre a atividade a ser realizada durante a Semana do Calouro, demonstrando também a ausência de consenso sobre as condições de participação e as conclusões alcançadas com as intervenções com os calouros:

Atenção todos os integrantes do Grupo Paulo Freire: Ontem ocorreu uma reunião conjunta do CAHS com diversos grupos de pesquisa e extensão da faculdade para discutir a programação da Semana do Calouro desse ano. [...] existem 3 eixos de diálogo possíveis, e que devem fundamentar cada painel: [...] O fato é que esse é um indicativo realmente histórico diante dos tradicionalismos da Casa. Vamos poder sair do "salão nobre" e realizar um grande debate com os calouros [...] (ESTUDANTE A, 2007b)

Ó, bis, serva: O curso de artes cênicas é bem do lado do nosso. E aposto que eles sabem mais sobre direito e liberdade do que nós sabemos de teatro e opressão. (ESTUDANTE B, 2007)

[...] não é tanto pela atuação dos calouros na cena. [...] O teatro do oprimido precisa acima de tudo dos elementos da situação-problema e as características dos personagens. (ESTUDANTE A, 2007a)

Particularmente, achei bem feito o roteiro. [...], revivendo as palavras do sábio imperador Austro-Húngaro, o pio Drustievics (para a historiografia anglo-saxã, Druscévics), para quem "a arte da dramaturgia se vive no palco e o palco, por sua vez, se faz com a fustigada alma fabril do povo". Assim, TODA e qualquer previsibilidade se esboroa na prática autêntica e coesa que lobriga a transformação das relações sociais e, por consequência, das estruturas opressoras. Se as estruturas do teatro não

convirem com a "desopressão" fatalmente esboroarão. Isto não é crença e manejo metodológico da técnica dramatúrgica que se apropínqua dos condenados destas terras. [...] (ESTUDANTE D, 2007)

Por fim, cabe lembrar a participação dos "freireanos", em conjunto com outros grupos da Faculdade de Direito, nos debates acerca da proposta de reforma curricular que estava sendo apresentada à época. As razões pelas quais o levante do grupo se deu no sentido de tomar posicionamento contrário à referida reforma, foram debatidas por e-mail. Entre os argumentos encontram-se as seguintes declarações, de um Estudante:

Institui-se um sistema de repartição das disciplinas optativas em 2 modalidades: as comuns (para aperfeiçoamento do conhecimento em geral) e as específicas (optatórias ou obrigativas). Estas últimas seriam as obrigatórias a serem cursadas no decorrer da graduação; já as primeiras não teriam este característico de obrigatoriedade. Resta saber: as disciplinas optativas comuns vão ou não contar como créditos para o acadêmico de direito se formar? [...] disciplinas que estariam "descartadas" de nosso currículo. (ESTUDANTE D, 2007)

Nesse sentido, destaca-se que foi realizada uma convocação, pelos estudantes que se dispuseram a organizar e mobilizar as discussões, a qual foi dirigida a todos os grupos de pesquisa e extensão da Faculdade, incluindo e reconhecendo o Grupo Paulo Freire como tal.

Perceba-se que as atuações do grupo Paulo Freire, mesmo sem ter sido este um grupo formalizado administrativamente no âmbito da universidade, levaram ao seu reconhecimento cada vez maior entre os demais grupos de pesquisa e extensão universitária (com destaque para o diálogo direto com o SAJUP), bem como perante o corpo docente.

Em novembro de 2007, o grupo debateu por e-mails a proposta de um texto descritivo para compor o *III caderno de pesquisa, extensão e atividades complementares* (CAHS, 2007), da Faculdade de Direito. O texto final que seguiu para a publicação segue na íntegra, a fim de demonstrar como os integrantes apresentaram-se enquanto Grupo Paulo Freire:

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO. GRUPO DE ESTUDOS PAULO FREIRE. Objetivos: O grupo busca dialogar a partir das obras de Paulo Freire. Nas dúvidas, impressões e reflexões sobre os textos encontra-se o caminho para problematizar, crítica e reflexivamente, a realidade concreta dos participantes enquanto estudantes da Faculdade de Direito. As discussões sobre o ensino, dentre outras questões atreladas ao tema, terão como base o método de educação freireano. Atividades: É importante a prévia leitura dos textos do autor para discussão com o grupo, que será sugerida anteriormente aos interessados em participar dos encontros. Há a escolha de dois

facilitadores responsáveis por instigar o diálogo, e de um relator, o qual elaborará uma ata sobre os pontos abordados pelos integrantes. Horários dos encontros/atividades: A cada quinzena, reveza-se: uma quarta-feira às 19 horas; uma quinta-feira às 11 horas. Como participar: Todos os interessados podem participar das atividades do grupo, basta querer. Para tanto, deve-se entrar em contato com um dos integrantes abaixo para maiores informações quanto aos próximos encontros, ou mesmo para sanar eventuais dúvidas (CAHS, 2007, grifou-se).

Com tal descrição efetivada, as últimas mensagens encaminhadas no ano de 2007 relatam as defesas de monografias de alguns dos integrantes, como também tentativas de despedidas, sendo interessante ressaltar a seguinte citação de mensagem encaminhada por um integrante, estudante do quinto ano do curso de direito, prestes a encerrar o vínculo estudantil com a graduação: “Manutenção do grupo. [...] Esse grupo tem um potencial muito muito grande e seria uma pena muito grande caso não seja possível continuar por agora com o grupo” (Estudante F, 2007).

Os estudantes que permaneceriam na universidade anunciavam atividades para o ano de 2008 (com o exemplo da intervenção durante a Semana do Calouro, prevista logo para o início do ano letivo da Faculdade) e demonstravam a disposição da continuidade da leitura das obras para o ano de 2008. Constata-se, pela mesma lista de endereços eletrônicos, que o grupo deixa de se reunir, porém, em 2009, ainda que até 2012 tenham circulado mensagens de divulgação de eventos em geral.

A seguir, o intento da interpretação passará a ser o de realizar uma aproximação de tal experiência partindo das categorias freireanas, especialmente as estudadas pelo GPF.

3 Movimentos categoriais: a velocidade transitiva da consciência estudantil a partir de uma interpretação freireana

Os encontros do Grupo Paulo Freire proporcionaram a abertura de um espaço na Faculdade de Direito em que os estudantes, ao decidirem por conduzir um grupo permanente para leituras e debates da obra de Freire, propunham-se a exercer o protagonismo sobre seu aprendizado para refletir e avaliar as condições nas quais estavam insertos, institucional e socialmente, a partir de categorias freireanas. Percebendo-se na condição de “educandos”, os integrantes do grupo elaboravam versões de si, com contrapontos à sua relação com a instituição universitária e à proposta de ensino padronizada e, nesse mesmo movimento, dialeticamente, entendiam-se como “sujeitos” sociais e propunham problematizações sobre seu “lugar”

e seu “papel”, considerando o acesso ao ensino superior, a formação no curso de direito e as possibilidades de condução de uma educação jurídica pautada em perspectiva libertação.

A interação com a obra freireana tem resultados que podem ser percebidos desde as primeiras reuniões do grupo, considerando os registros nos relatos e nas mensagens de e-mails, com a apropriação cada vez mais segura e assertiva das categorias, trazendo-as às reflexões e interações do grupo, levando-o a aprofundar-se cada vez mais sobre a metodologia proposta por Paulo Freire e compartilhá-la em meio ao ambiente universitário como um todo, na busca, de fato, por uma prática da liberdade. Por isso, o destaque a seguir será dado a uma interpretação dos trânsitos do grupo a partir de categorias freireanas encontradas em dois de seus livros principais, *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido*.

3.1 A “transitividade da consciência permeabiliza o homem”: o grupo entre versos e versões de si, de Freire e da prática da liberdade

Paulo Freire principia seu livro *Educação como prática da liberdade* indicando que o oferece “aos estudantes, intelectuais e homens simples do povo, engajados no esforço de humanização e libertação do homem e da sociedade brasileira” (FREIRE, 1980, p. 37). Destinatários inevitáveis dessa oferenda, os estudantes integrantes do grupo a receberam e elegeram como a primeira obra de Freire a ser debatida, o que lhes levou a levantar, desde o primeiro encontro, contrapontos acerca do exercício de sua autonomia, inclusive ao nível da produção de conhecimento, com a intenção de compreender-se em seu entorno e compartilhar suas conclusões por meio de interações que favorecessem circunstâncias com possibilidades de diálogos.

Logo nas primeiras reuniões, portanto, a reflexão sobre aspectos subjetivos dos estudantes era conduzida a partir da perspectiva freireana de “sujeito”, qual seja a de “homem-sujeito”, definido por Freire como o homem que “não apenas está no mundo, mas com o mundo” que “existe e não só vive”, que “conhece para poder interferir” e que “da descoberta de sua temporalidade, [...] atinge o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã” (FREIRE, 1980, p. 40-50). Para Paulo Freire, a descrição do exercício dessa subjetividade do homem-sujeito é a própria definição de humanidade (e condição precípua desta) e, na medida em que o homem está com o mundo, está, inevitavelmente, com o “outro”, ou com “os outros”. Adiante, o relato da segunda reunião do grupo traz questionamentos iniciais nessa compreensão dos alunos acerca

do formato das aulas e, a partir dessa condição, quais as suas perspectivas como participativos na construção de outra proposta de educação, como disposto no relato do Estudante:

"ideologia dos professores" como tema da reunião (até que ponto temos que seguir a ideologia dos professores?). A ideologia dos professores resgatou a questão das aulas: aulas convencionais "bem-dadas" (planejadas antecipadamente) ou aulas diferenciadas "mal-dadas"? Será que nossa opinião é correta?? Essa questão sempre surge nas discussões do grupo. *Aí entrou o "diálogo" na discussão*, sendo que foi levantado o ponto de que os professores da faculdade não têm pedagogia, ou seja, apenas têm a aula como uma atividade secundária. [...] o mais importante, em minha opinião: a universidade cumpre seu papel? Ou ela só está formando elites (trabalho ideológico)? Somos elite? (ESTUDANTE E, 2006, grifou-se).

Num primeiro momento, portanto, no exercício da condição de sujeitos capazes de elaborar e vivenciar uma educação onde não fossem meros espectadores, pautavam-se pelos questionamentos sobre si na universidade (e na sociedade, inclusive – a exemplo da frase “somos elite?”), de forma a oportunizar o entendimento como seres em relação.

Para Paulo Freire, o homem-sujeito é propulsor de uma “sociedade-sujeito”, descrita, a partir do cenário social no Brasil, como uma sociedade que superou a condição que ele denomina como “sociedade fechada”¹¹ e que passou à sociedade que se predispõe como democrática, mas que ainda não realiza completamente esta condição, de modo que se encontra em um momento de “trânsito”.

Essa sociedade em trânsito, entendida como uma “sociedade-sujeito”, é permeada de possibilidades de que os homens percebam e assumam autonomia sobre sua existência. O tempo do trânsito é caracterizado, portanto, por uma aceleração, em nível social, de novas explicações e novas atividades, a partir de homens e mulheres que pensam sobre o mundo presente e a ele se integram, elaborando as perspectivas futuras direcionadas por sua atuação. Nas palavras de Freire: “Não é mero espectador do processo, mas cada vez mais sujeito, na medida em que, crítico, capta suas contradições. [...] pode e deve, como sujeito, com outros sujeitos, ajudar e acelerar as transformações, na medida em que conhece para poder interferir”. (FREIRE, 1980, p. 46-50)

¹¹ Sociedade escravocrata, colonizada, objetificada vivida pelo Brasil, em que a “educação” era aplicada como meio de domesticação e alienação, tendo como um produto um “homem-objeto”. (FREIRE, 1980, p. 36)

O relato elaborado pela Estudante C (referente ao primeiro encontro do grupo, onde foi debatida a obra *Educação como prática da liberdade*) traz posições dos integrantes, cujas declarações importam na elaboração de uma subjetividade que, sob o olhar freireano, conduz à necessidade de uma participação ativa direcionada. Nesse sentido, foi registrado o sentimento de opressão compartilhado, ao referir-se ao fato de que um estudante “propôs contextualizarmos isso com a faculdade, com o ajuste curricular. A partir disso, muitos concluíram se sentir oprimidos” (ESTUDANTE C, 2006).

Diversas declarações relatadas demonstram a forma como os estudantes debatiam a atuação prática como parte da própria constituição de quem eram. Em um desses momentos, fala-se que um estudante “analisou nosso papel, segundo ele, de fantoches sendo manipulados”. Em seguida, aparece uma conclusão: “qual o nosso dever? Não ficar só nisso aqui, só no grupo de estudos, só na discussão” (ESTUDANTE C, 2006).

A definição do que seria a conscientização também toma lugar na fala dos debatedores, afirmando-se que “é ingênuo dizer que da consciência crítica surge naturalmente a mobilização”, que “ainda é necessária a tomada de consciência de que falta algo e de que nós podemos tomar parte disso, de que podemos atuar na mudança” e que “Freire tenta resgatar o que é o ato de conscientizar, muito ligado à questão da pessoa se inserir no tempo e, a partir disso, conhecer a realidade das relações de poder e mudá-la” (ESTUDANTE C, 2006).

Evidencia-se no grupo um movimento que Freire define como “consciência transitiva crítica”, considerando características como a dialogicidade (comunicação horizontal, através de um diálogo, entre sujeitos), integração e conscientização, possibilitando a reverberação de “novos temas”, que se consolidam a cada movimento de esvaziamento de temas antigos, insatisfatórios para as intenções dos sujeitos, pois, como afirma Freire: “a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age” (FREIRE, 1980, p. 105).

Freire entende a condição de criticidade como a “apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto”, em movimento condicionado pela vocação própria do homem de reiteradamente seguir buscando sua humanização, percebendo a causalidade dos fatos para além do que está na sua condição básica de vida, enquanto se percebe com o mundo e com os outros sujeitos. Freire adverte, todavia, que a consciência transitiva crítica é produto eminentemente de um trabalho educativo

crítico, sem o qual a superação da “sociedade fechada” (onde impera a “intransitividade da consciência”) conduz a um estado de “transitividade ingênua”.

A criticidade para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias. (FREIRE, 1980, p. 60)

O entendimento de Paulo Freire é de que a superação da intransitividade é identificada, em um primeiro momento, com uma consciência transitiva entre os homens, mas ingênua, que ele define como sendo uma fase em que os homens se satisfazem com interpretações simplistas dos problemas, subestimando o homem comum e com forte inclinação à massificação.

Esta transitividade da consciência permeabiliza o homem. Leva-o a vencer o seu compromisso com a existência, característico da consciência intransitiva e o compromete quase totalmente. Por isso mesmo que, existir, é um conceito dinâmico. Implica numa dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com o mundo. (FREIRE, 1980, p. 59).

Partindo desse entendimento, a interação do grupo durante o debate da obra, fomentando a percepção da necessidade de condução de uma interferência cocriada entre os sujeitos, indica a preocupação com a forma de atuação crítica:

A respeito da interferência, [...] alguém vai ter que interferir, porque não é possível transformar nada do zero. [...] não interferir também é uma atitude política. [...] isso é mais uma *questão de fusão de sujeitos que se interferem*. [...] esse processo trata não do sujeito, mas mais de uma questão de intersubjetividade. Existe conscientização, nesse sentido, a partir de um processo coletivo e do diálogo. É a interação com o mundo concreto. E, com isso, a idéia de imersão e emersão deve ser vista dialeticamente. (ESTUDANTE C, 2006, grifou-se).

O grupo compreende e assume seu papel interventor com intenção transformadora, numa condição, portanto, propriamente humana, entendendo que a prática da liberdade requer sujeitos nos quais a integração e a consciência sejam interdependentes, de tal sorte que uma aperfeiçoe a outra, o que caracteriza propriamente a consciência transitiva crítica, em contraposição a uma consciência ingênua.

Como já mencionado, no período entre as primeiras reuniões, em junho de 2006, até a intervenção do coletivo na programação da Semana do Calouro, em março de 2007, o grupo pôde interagir com mais leituras da obra de Freire, alcançando capacidades discursivas com influência sobre os demais grupos da Faculdade de Direito. Um resultado visível dessa integração é a realização da atividade intencionalmente identificada nos termos freireanos para a recepção dos calouros do ano de 2007 – após conquista deste espaço junto ao centro acadêmico que organizava a semana, o qual teve de assentir com a proposta devido à grande força e legitimidade que o GPF assumiu, entre os estudantes, na discussão pedagógica da Faculdade.

A participação na Semana do Calouro contou, como uma das intervenções, com a realização de oficina onde houve a leitura do texto “Educação bancária”, em Pedagogia do oprimido, abordado sob a perspectiva das “consequências da educação bancária na prática jurídica”.

Desde os e-mails encaminhados ao grupo acerca das intervenções, os estudantes propunham uma abordagem crítica (como categoria freireana), indicando atividades que superassem as “palestras monológicas sobre temas quase que impossíveis para recém-chegados ao universo mefítico do Direito”, de modo que a atividade consistiria em elaborar “3 painéis de diálogo”, que substituiriam as “tradicionais” palestras (ESTUDANTE A, 2007b). Aqui, desde pronto, observa-se uma proposta com intenção de evitar um monólogo para oportunizar o diálogo com os calouros da faculdade em sua semana de recepção. Ainda, observa-se a identificação do quão impactante seria esse acontecimento, pois se trataria de inovar “diante dos tradicionalismos da Casa”, pois a atividade se valeria de horizontalidade, uma vez fora do “salão nobre”, para “realizar um grande debate com os calouros” (ESTUDANTE A, 2007b).

A intervenção com a realização da oficina foi embasada em três temas: “a educação bancária no ensino básico”, “a educação bancária no ensino superior” e “consequências da educação bancária na prática jurídica”.

A aplicação das categorias trabalhadas por Paulo Freire numa perspectiva de educação emancipatória mostra-se como um ponto de avaliação não apenas do quanto o grupo apropriou-se e consolidou entre si o entendimento de tais categorias, mas também como atuou para projetá-las de forma ampla na Faculdade de Direito, em momento oportuno de recepção de novos alunos.

Seguindo, portanto, com essa avaliação, convém observar as categorias dimensionadas nas práticas dos estudantes a partir de outra obra bastante debatida

pelo grupo, considerada como uma das mais conhecidas de Paulo Freire, a *Pedagogia do oprimido*.

3.2 O “permanente movimento de busca do ser mais”: crítica, diálogo e práxis

A transitividade, que a consciência crítica promove, movimenta novas possibilidades categoriais desde Paulo Freire, com as quais o GPF se debateu. Assumindo a *Pedagogia do oprimido* como referência, cabe agora assinalar que, a partir da obra freireana, o movimento que leva do fechado ao aberto – ou que faz do intransitivo algo transitivo – não se conclui no movimento mesmo, caracterizando-se pelo “permanente movimento de busca do ser mais” (FREIRE, 2004, p. 72).

Se em *Educação como prática da liberdade* prevalecia uma ênfase nos trânsitos nacionais brasileiros do quefazer educativo, em *Pedagogia do oprimido* a questão ganha novos contornos, seja pelo exílio chileno vivido por Freire seja pela ampliação da velocidade de seus movimentos teórico-políticos. A dedicatória do livro aos “esfarrapados do mundo” e aos que “com eles lutam” (FREIRE, 2004, p. 23) reposiciona o escopo: do agradecimento a pessoas analfabetas ao compromisso com os famélicos da terra, a obra de Paulo Freire alcança seu apogeu.

O livro é um clássico da teoria da educação, mas se o pode considerar muito mais que isso, pois acessa níveis epistêmicos gerais. No livro, aparecem citações que demonstram diálogos com o marxismo, bem como com teorias anticoloniais – para citar duas novidades – revelando a dinâmica da *Pedagogia do oprimido*, na qual o ponto de partida é a contradição entre opressores e oprimidos e, a partir dela, há a feitura de uma interpretação sobre as concepções pedagógicas que dela se desprendem: de um lado a concepção bancária e, de outro, a concepção dialógica de educação, as quais aterrissam em uma teoria da ação cultural balizada pelo problema da existência ou não do diálogo como fundamento.

Por não ser suficiente a consciência crítica, é preciso sempre ser mais. A perspectiva ontológica da filosofia de Freire, em verdade, é devir. E este é mediado pela dialogicidade, sua principal categoria. O devir leva, portanto, da criticidade ao diálogo e deste à práxis: “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo”, sendo que, em tal pronúncia, “não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 2004, p. 77-78).

Considerando que o ponto de partida continua sendo a contradição opressor-oprimido, as categorias de criticidade, dialogicidade e práxis estão enraizadas em uma

[189]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

dialética mais ampla que deve mobilizar o educador-educando. Tal dialética se faz entre denúncia e anúncio, denunciando a imposição social de que homens e mulheres sejam menos; e anunciando a possibilidade/necessidade de que haja um mundo comum, onde todos sejam mais.

Todas as noções até aqui expressas, desde Paulo Freire, se fizeram sentir na experiência do GPF, ainda que em gradações situacionais diferentes. O trânsito crítico que a constituição do grupo revela já aponta para ânsia por diálogo em um nível coletivo. Portanto, o GPF propiciou o “encontro dos homens” ao qual Freire se refere, sendo dada a mediatização do mundo pela especificidade do espaço formal – mas também material e informal – da educação jurídica. Por sua vez, a pronúncia deste mundo específico, por ser fundamentalmente práxis, o foi a partir de várias iniciativas. Como visto, a práxis se deu desde a constituição mesma do grupo até as atividades de discussão curricular, extensionista ou de intervenção política, para não falar de formação teórica.

Na prática, pode-se verificar tal conjunto de movimentações a partir de algumas das fontes atinentes às reflexões geradas, a quente, pelo GPF.

A primeira delas se extrai do relato dos debates, havidos em 2006, acerca do livro *Pedagogia do oprimido*, pivô das análises deste subtópico. Por ocasião da discussão coletiva do segundo capítulo da obra, dedicado ao tema da educação bancária, o grupo se esforçou por vislumbrar as possibilidades de superação da mesma. Como o estudante relator do encontro era dos que possuíam maior verve literária – e irônica, ao mesmo tempo –, vale acompanhar o modo pelo qual conduziu sua tradução do debate:

Revolve-se nas mentes atormentadas do grupo a interrogação eterna: E NA PRÁTICA?! Perguntemo-nos o que nos une! É o caso concreto! É a denúncia! Perguntemo-nos o que nos falta! É a anunciação de nossas angústias! Mas como anunciar? A resposta se encontra nas entrelinhas: não se pode dicotomizar a teoria da prática, a objetividade da subjetividade, os oprimidos dos opressores. Mudar a si próprio é mudar o outro, mas o cerne, o fulcro, o *punctum dolens* (ponto nevrálgico), sempre será a transformação coletiva (ESTUDANTE B, 2006).

Daí fazer sentido a apresentação de algumas propostas, por parte do próprio grupo, como conclusão deste debate (inconcluso, por natureza):

Propostas – Chamar os professores para uma roda de debates sobre pedagogia, envolvendo a discussão ampla e também aspectos imediatos, como a reforma curricular, pois no nosso contexto é a mudança fundamental;

Analisar e conhece escolas em que o sistema de pedagogia freireana foi adotado com êxito (ESTUDANTE B, 2006).

O problema da “aplicação” da pedagogia do oprimido levou o coletivo a refletir sobre a interação entre denúncia e anúncio, logo, ao problema da preparação e da prática. Levando em consideração que denúncia e preparação sugerem criticidade e que anúncio e prática indicam práxis, parece que os debates atestam momentos decisivos do trânsito e dialogicidade como tomada de consciência do grupo. Até por isso, a questão da “aplicação prática da Pedagogia do oprimido” veio implicada em uma chamada de atenção, qual seja, a de que a proposta freireana não poderia ser reduzida a uma simplificação “consensualista” (quer dizer, sem conflitos) nem tampouco “individualista”. É o que corroboram dois outros trechos do relato. O primeiro descreve, coerentemente, o próprio movimento da descoberta:

O grupo não chega ao consenso de que o diálogo que leva à superação é necessariamente consensual. Lembra-se, entretanto, que antes do consenso é necessário coletivizar o discurso, pois “os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (ESTUDANTE B, 2006).

O segundo, por sua vez, alude a uma dimensão mais prática do problema. A Faculdade de Direito (e o futuro que ela promete) é um monstro – era comum à época criar apelidos, evidentemente jocosos, para a Faculdade, dentre os quais a referência aos pombos que povoavam o prédio da Praça Santos Andrade, daí a “Pomba Andradina” do relato – e a sedução que exerce sobre os estudantes no sentido de se integrarem, no futuro, ao sistema (jurídico, em particular, mas também social, em geral) é muito forte, sendo necessário resistir não só atomizadamente mas, o que seria nodal, em termos coletivos:

Evitar ser dragado pelo monstro-da-lagoa (não seria a Pomba Andradina?) é lutar tanto individualmente, a partir da consciência extremamente crítica, quanto, e fundamentalmente, no plano coletivo, pois a educação freireana se funda em um movimento orgânico e organizado de ruptura social (ESTUDANTE B, 2006).

Todas essas questões, encontradas nos relatos dos debates do grupo, vão revelando o movimento realizado pelos estudantes de direito preocupados com a reflexão pedagógica, o que os vai empurrando para além do direito e da educação até a discussão sobre a própria sociedade. Eis o efeito, em uma dinâmica já prática, da contraposição entre as concepções bancária e problematizadora de educação. Como

[191]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

diria Paulo Freire, “a primeira pretende manter a *imersão*; a segunda, pelo contrário, busca a *emersão* das consciências, de que resulte sua *inserção crítica* na realidade” (FREIRE, 2004, p. 70, grifos no original). O que o GPF estava oportunizando era exatamente esta “*inserção crítica*”, ainda que segundo os limites do que um núcleo de estudantes de direito poderia fazer.

Tanto a dialética denúncia-anúncio quanto a crítica à educação bancária se tornaram temas reiterados na reflexão do coletivo. Outro exemplo que se pode resgatar para demonstrá-lo é a escrita coletiva de um artigo de tipo científico que foi publicado, em 2007, no jornal do centro acadêmico que à época existia. O texto foi redigido para um concurso da *Folha acadêmica* sobre o tema “ensino jurídico”, sendo que este mote estava bastante vivo no seio da estudantada devido ao contexto apontado no início do presente ensaio, marcado pela efervescência e autonomia estudantil na Faculdade.

O movimento por ser mais fez com que os integrantes do GPF disputassem espaços para vocalização de suas ideias e difusão de suas reflexões. Assim é que sua avaliação geral sobre o ensino jurídico, construída a partir do GPF, aparece no artigo *Ensino jurídico: da denúncia das velhas práticas ao anúncio de uma nova práxis*, assinado por Ricardo Prestes Pazello, Diego Augusto Diehl, Felipe Heringer Roxo da Motta e Liliam Litsuko Huzioka.

O texto é relativamente longo e, no geral, sobre ele é suficiente dizer que a parte da “denúncia” toma três-quartos de seu conteúdo, pautada por localizar geopoliticamente na América Latina seu ponto de partida, problematizar a forma histórica da universidade, bem como realizar um balanço crítico da formação do “ensino jurídico”. Em todos estes itens do texto os autores se esforçaram por utilizar a obra de Paulo Freire, sendo que de *Pedagogia do oprimido* ressaltou-se, tanto nesta quanto na próxima parte, a questão da educação bancária. O quarto final do escrito se propôs mais ao momento do “anúncio”, agora assim procurando conceber um paradigma pedagógico de tipo freireano para a educação jurídica. Neste último momento, destacou-se o problema da práxis.

Seja ao nível social seja ao pedagógico, o artigo assume a crítica freireana ao fatalismo, como uma dimensão da concepção pedagógica, mas também da ação cultural, bancária ou antidialógica. Paulo Freire reitera o problema da “permanência”, do “fixismo reacionário” ou da “percepção fatalista” que indica uma situação “fatal e intransponível” (FREIRE, 2004, p. 73-74). Em face desta intransitividade, procura destacar a dimensão do movimento que a educação problematizadora propicia. Neste

sentido, o artigo coletivo denuncia o ensino universitário, em geral, como “um momento burocrático e verborrágico, completamente desvencilhado da prática” (PAZELLO; DIEHL; MOTTA; HUZIOKA, p. 4), indicando a necessidade de, para o caso jurídico, “perceber como se nos apresenta a relação ensino-aprendizagem hodiernamente para compreendermos seus limites e possibilidades de superação” (PAZELLO; DIEHL; MOTTA; HUZIOKA, p. 5). Como diria Freire, “o diálogo começa na busca do conteúdo programático” (FREIRE, 2004, p. 83), logo é a partir da problematização das situações-limites que permitem observar temas geradores que se deve construir a educação. Por que haveria de ser distinto com relação à educação jurídica? No fundo é isto o que o artigo dos membros do GPF está pondo em tela e é por isso que termina por reivindicar a práxis como tema central:

Urge focarmo-nos na práxis jurídica para a transformação, tendo em vista o contexto de exclusão no qual nos inserimos. Uma atuação consistente com enfoque nesse objetivo poderia ter início no âmbito da academia. Este é o dever histórico de uma universidade (que se diz) pública com seu povo. Para fazer o anúncio da nova sociedade é preciso denunciar as venalidades da antiga; igualmente, para anunciar o novo direito, e em decorrência, o novo ensino jurídico, necessário é denunciar suas velhas estruturas, começando pelo modo como se formam seus profissionais (PAZELLO; DIEHL; MOTTA; HUZIOKA, p. 7).

O apelo conclusivo do texto coletivo ressalta – ainda que de modo bastante fluido e aberto – a necessidade de se compreender que “o ensino jurídico que temos hoje contribui para a falta de consciência dos estudantes e, como consequência, alimenta o poder da classe dominante” (PAZELLO; DIEHL; MOTTA; HUZIOKA, p. 7). O diálogo, na verdade, está aberto e seu destinatário é o estudante leitor, requerendo que este assuma posição de classe social para se identificar com uma práxis transformadora. Do ponto de vista pedagógico, a questão se faz sentir pela oposição entre “assistência” e “crítica”, que, ao nível da práxis, Freire sublinha ao opor as características gerais da educação bancária frente à problematizadora – “a primeira ‘assistencializa’; a segunda, criticiza” (FREIRE, 2004, p. 72). Portanto, uma educação jurídica tem de estar a serviço da criticização do mundo e não de sua assistencialização (não por acaso aquele que é dos poucos, senão o único, momento prático da formação jurídica também é conhecido por “assistência jurídica”).

O trânsito que a consciência crítica realiza leva-a à necessidade do diálogo, o qual, em um contexto de fundamentais contradições, exige uma práxis de libertação. É verdade que a consecução de tais descobertas teóricas é bastante difícil. Talvez este

[193]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

tenha sido o limite do GPF: transitar da ingenuidade à criticidade em um nível muito abstrato, sendo a concretude da dialogia e da práxis um momento não propriamente alcançado ao longo de sua trajetória, a não ser por suas conquistas intervalares, seus deslocamentos estudantis e suas mobilizações políticas. Nem por isso, contudo, categorias como trânsito crítico, dialogicidade e práxis de libertação deixam de ter sua validade. A verdade é que todo um novo campo de pesquisa se abre, no intuito de se avaliar o quanto a experiência de participação no GPF, havida há mais de quinze anos, continuou ressoando entre seus componentes, permitindo o desenvolvimento da mesma criticidade, dialogicidade e práxis em suas produções teóricas e práticas profissionais.¹² Novos movimentos, portanto.

Considerações finais

O regozijo em acompanhar os movimentos de um grupo de estudantes disposto a efetivar, perante uma Faculdade de Direito, suas proposituras na projeção de uma educação jurídica perfaz a constatação de uma trajetória coletiva, entre os anos de 2006 e 2007, de efervescência dos debates acerca do ensino tradicional na universidade.

A aproximação dos estudantes com as categorias freireanas disponíveis para a leitura e expressão de suas próprias histórias instigaram a buscar métodos, inclusive, com intervenções de corpo presente, mediante performances e participação em reuniões e oficinas. Ainda, é de se considerar a composição da produção científica do período em que o grupo esteve ativo, com publicações que aproximavam Paulo Freire como uma resposta às lacunas da educação jurídica, evidentes demais para vários desses educandos.

Referências

A FESTA da democracia: todo carnaval tem seu fim – eleições C.A. 2005. Curitiba: Abra CAHS Abra, 2006. 1 minidocumentário (28 min.).

¹² Como primeira aproximação à questão, é possível sumarizar a produção teórica de alguns dos “freireanos” da UFPR: Diehl (2012); Folly (2006; 2011); Folly; Isaguirre-Torres; Pinheiro (2011); Huzioka (2008); Pazello (2005; 2007a; 2007b; 2013; 2014; 2016), Pazello Bittencourt; Kobora; Pinto; Silva (2016); Pazello; Maso (2021); Pazello; Maso; Kobora (2011); Pazello; Wilczak (2009).

CAHS. *Caderno de pesquisa, extensão e atividades complementares*. Curitiba: Centro Acadêmico Hugo Simas, n. III, 2007.

CHIAMULERA, Andressa. *O acesso à justiça na perspectiva da ética da libertação: a atuação das assessorias jurídicas universitárias populares*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2007.

DIEHL, Diego Augusto. “Democracia e educação em direitos humanos: um debate sobre o PNDH-3 e o PNEDH à luz da pedagogia freiriana”. In: *Revista dos estudantes de direito da Universidade de Brasília*. Brasília: UnB, v. 1, p. 275-297, 2012.

ESTUDANTE A. [paulofreire] Grupo 2 - Semana do Calouro - Roteiro de atividades [mensagem pessoal] Recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 27 fev. 2007a. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE A. [paulofreire] En: Semana do Calouro. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 25 jan. 2007b. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE A. [paulofreire] REUNIÃO DO GRUPO PAULO FREIRE. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 18 abr. 2007c. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE B. [paulofreire] “Fel a Orion, Pau no Frei”, rela Thor! [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 24 ago. 2006. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE B. Re: [paulofreire] Grupo 2 - Semana do Calouro - Roteiro de atividades [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 27 fev. 2007. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE C. [paulofreire] Relatório da última reunião (01/06). [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 11 jun. 2006. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE D. [paulofreire] Manifesto CONTRA o ajuste curricular [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 06 mai. 2006. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE D. [paulofreire] Grupo 2 - Semana do Calouro – Roteiro de atividades [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 28 fev. 2007. Acesso em: 23/09/2021.

ESTUDANTE E. [paulofreire] reunião 14-06-2006. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 28 jun. 2006. Acesso em: 23/09/2021.

[195]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

ESTUDANTE F. Re: [paulofreire] Manutenção do grupo. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <paulofreire@yahoogrupos.com.br> em 02 set. 2007. Acesso em: 23/09/2021.

FOLLY, Felipe Bley. “Direitos humanos e educação; educação em direitos humanos: o início de uma (im)possível e (sur)real proteção do ser humano”. In: *Revista brasileira de direito internacional*. Curitiba: SER/UFPR, ano II, n. 3, 1º semestre de 2006, p. 76-87.

FOLLY, Felipe Bley. *Direitos humanos e educação: quando a pedagogia do outro subverte o direito do mesmo*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Direito da Universidade Federal do Paraná, 2011.

FOLLY, Felipe Bley. *O medo do direito; a coragem da educação libertadora: uma reinvenção possível e necessária dos direitos humanos*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2008.

FOLLY, Felipe Bley; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. “Para além do ensino jurídico (dogmático): a necessária interligação pesquisa-extensão na construção (crítica) do direito”. In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (orgs.). *Diálogos sobre direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, v. III, p. 89-112.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8 ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FURMANN, Ivan. *Assessoria jurídica universitária popular: da utopia à ação política*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2003.

GEDIEL, José Antônio Peres; MARTINS, André Saboia; BECKER, Laércio Alexandre. “Apoio jurídico popular: mediação de conflitos”. In: MARTINEZ, Milena Maria Costa (org.). *Exercitando a cidadania: um programa da UFPR em avaliação*. Curitiba: UFPR, 1997, p. 40-61.

HUZIOKA, Liliam Litsuko. *Conscientização para um novo direito*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2007.

HUZIOKA, Liliam Litsuko. “Educação jurídica e conscientização: a práxis de Paulo Freire para a construção de um novo direito”. In: *Raízes jurídicas*. Curitiba: UNICENP, vol. 4, n. 1, janeiro-junho de 2008, p. 505-530.

MOTTA, Felipe Heringer Roxo da. *O paradoxo penal: denúncia de uma prática de dominação*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2007.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “A educação popular freireana no processo cooperativo”. In: *Raízes jurídicas*. Curitiba: UNICENP, vol. 3, n. 2, julho-dezembro de 2007, p. 503-523, 2007a.

PAZELLO, Ricardo Prestes. *A libertação dos transmodernos: ensaio de factibilidade crítica para uma teoria da democracia participativa*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2007.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Cooperativismo freireano: uma atividade de comunicação”. Em: BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de (orgs.). *Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens*. Curitiba: PROEC/UFPR, 2007b, p. 103-118.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Crítica da universidade e universidade popular na América Latina: uma reflexão a partir da crítica jurídica”. In: OLIVEIRA, Assis da Costa; MOURA, Ana Paula Medeiros de; SANTOS, Julyanne Cristine B. de Macedo dos (orgs.). *Do sonho ao acontecer: 10 anos de NAJUPAK*. Belém: PROEX/UFPA, 2014, p. 30-45. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/102/1/Livro_SonhoAcontecerAno_s.pdf>. Acesso em: 23/12/2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Educação jurídica popular: aportes marxistas”. In: REBUÁ, Eduardo; SILVA, Pedro (orgs.). *Educação e filosofia práxis: reflexões de início do século*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 161-180.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Jardim suspenso entre dois céus: um ensaio sobre o estado da arte da relação entre marxismo e direito no Brasil, hoje”. In: *Revista culturas jurídicas*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 8, Ahead of Print, 2021 (no prelo).

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Paulo Freire e a questão nacional”. In: *Educação popular*. Uberlândia-MG: UFU, v. 12, n. 2, julho-dezembro de 2013, p. 10-19.

PAZELLO, Ricardo Prestes. “Pedagógica: diálogo da libertação latino-americana a partir de Enrique Dussel e Paulo Freire”. In: *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*. Curitiba: SER/UFPR, n. 43, edição especial, 2005, p. 01-23.

PAZELLO, Ricardo Prestes; BITTENCOURT, Naiara Andreoli; KOBORA, Igor Augusto Lopes; PINTO, Felipe Balotin; SILVA, Ana Cláudia Milani e. “Educação jurídica estranhada: movimentos sociais, universidade popular e mobilidade jurídica”. In: *Panóptica*. Vitória: FDV, v. 11, 2016, p. 546-570.

[197]

As transitividades da consciência estudantil em uma Faculdade de Direito: a experiência crítica do Grupo Paulo Freire na UFPR

PAZELLO, Ricardo Prestes; CORREA, Murilo Duarte Costa; TISSERANT, Andhré-Luiz; FOLLY, Felipe Bley; PISIN, Marina; RODRIGUES, Alexandre; DIEHL, Diego Augusto; KHOURI, Silvia Negrão; OLIVEIRA, Katyany. “O manifesto da democracia ‘impossível’”. In: *Folha acadêmica*. Curitiba: CAHS - Centro Acadêmico Hugo Simas, n. 143, ano LXVIII, julho-agosto de 2005, p. 16.

PAZELLO, Ricardo Prestes; DIEHL, Diego Augusto; MOTTA, Felipe Heringer Roxo da; e HUZIOKA, Liliam Litsuko. “Ensino jurídico: da denúncia das velhas práticas ao anúncio de uma nova práxis”. In: *Folha acadêmica: órgão de informação e expressão dos acadêmicos de direito da UFPR*. Curitiba: CAHS, ano LXX, n. 146, maio de 2007, p. 1-8.

PAZELLO, Ricardo Prestes; MASO, Tchenna Fernandes. “O legado de Paulo Freire para a assessoria jurídica popular”. In: *Revista de estudos do sul global*. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social do Brasil, v. 1, n. 2, 2021, p. 265-276. Disponível em: <<https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/52>>. Acesso em: 23/12/2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes; MOTTA, Felipe Heringer Roxo da; CHIAMULERA, Andressa; MACHADO, Ronaldo Tazoniero; APPEL, Tomaz Nasser. “Por uma práxis jurídica da libertação”. In: *II Encontro de Direito e Cultura Latino-Americanos: Diversidade, Identidade e Emancipação*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

PAZELLO, Ricardo Prestes; WILCZAK, Elaine. “Educação popular e movimentos populares: possibilidade de uma gnosiologia liminar a partir de Paulo Freire”. In: *Ensayo y error: revista de educación y ciencias sociales*. Caracas: Universidad Simon Rodríguez, año XVIII, n. 37, nueva etapa, 2009, p. 49-73, 2009.

PINTO, Daniel Bittencourt Ramos. *O conteúdo político da assessoria jurídica popular*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2014.

SANDRI, Anna Carolina Lucca. *Os “nós” da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2016.

TECH, Dennis. *A criação da cultura jurídica em Curitiba à luz dos discursos acadêmicos da Universidade do Paraná na primeira metade do século XX*. Curitiba: Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) da Universidade Federal do Paraná, 2007.

Ricardo Prestes Pazello

Professor do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Colíder do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania (NDCC/UFPR). Coordenador do GT de Direito e Marxismo do Instituto

de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Coordenador do projeto de extensão/comunicação popular Movimento de Assessoria Jurídica Universitária Popular - MAJUP Isabel da Silva, junto à UFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9961-0583>.

Coautor

Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira

Advogada. Diretora Jurídica da Associação Humaniza – Coletivo Feminista. Doutorado em andamento pelo Programa de Doutorado da Universidad de Buenos Aires – UBA, Argentina, em Direito Constitucional. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8030-7031>.

Coautora
